

**Aproximações críticas e diferenças epistemológicas
entre conceitos de “esfera pública” e “campo da comunicação”**

*Critical interfaces and epistemological differences
between the concepts of “public sphere” and “communication field”*

Ângela Cristina Salgueiro MARQUES¹
Luis Mauro Sá MARTINO²

Resumo

Os conceitos de “esfera pública” e “campo da comunicação”, formulados respectivamente por Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu, embora tenham pouca coisa em comum, são por vezes justapostos em uma relação quase causal, como se as dinâmicas do chamado “campo da comunicação” interferissem diretamente na formulação de uma “esfera pública”. O objetivo deste artigo é indicar as dificuldades no estabelecimento desse tipo de relação, ao mesmo tempo em que sugere a existência de alguns elementos comuns nos dois autores em sua crítica à mídia.

Palavras-chave: Teoria da Comunicação. Habermas. Bourdieu. Política. Epistemologia.

Abstract

Research in Political Communication often employs Habermas’ notion of ‘public sphere’ to deal with questions concerning democracy and public deliberation. As a counterpart, Communication research has long employed Bourdieu’s concept of ‘field’ to define the particular dynamics of media production. Although these two concepts have little in common, they are frequently employed as terms of the same equation, as if the ‘public sphere’ were directly linked by the constraints of the ‘media field’, particularly by freshers in media research. This paper deals with this supposed relationship between these concepts stressing the narrow possibilities this junction, but also stressing some little common features.

Keywords: Communication Theory. Habermas. Bourdieu. Politics. Epistemology.

¹ Pós-doutora em Comunicação pela Université Stendhal, Grenoble - França. Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero (SP). E-mail: lmsamartino@gmail.com

Introdução

O repertório conceitual dos estudos de Comunicação, por conta das características relacionadas à indefinição de suas especificidades epistemológicas, é povoado por uma miríade de conceitos oriundos de várias áreas do conhecimento, ora articulando-se com objetos específicos a partir de recortes do midiático ou do social, ora estabelecendo-se como operadores do próprio conceito de “comunicação”. Desde um exame superficial, a bibliografia em circulação em qualquer *corpus* escolhido como representativo indica uma presença contígua de autores e aportes ligados, em sua maioria, às Ciências Sociais, à Filosofia e, em medida um pouco menor, à Psicologia, Psicanálise e outras áreas do saber, como, por exemplo, as Artes ou as Ciências Cognitivas (MARTINO, L.M. 2013, 2014; MARTINO, L. C., 2005).

A discussão a respeito da validade epistemológica desse tipo de apropriação, bem como das possibilidades de se caracterizar essa pluralidade como componente da natureza “interdisciplinar” da área ou como um problema de indefinição teórica, é objeto consagrado de reflexão, e sua problematização ultrapassaria os limites deste texto (cf. MARTINO, L.C., 2001; BRAGA, 2004; FRANÇA, 2001). Note-se de saída que esse preâmbulo não procura indicar um afastamento desses procedimentos; a objetivação como participante da área é, imediatamente, um elemento de autocrítica.

No entanto, é necessário observar que à importação dos conceitos – seria problemático falar em “diálogo” disciplinar – corresponde um determinado uso desse aparato conceitual. Sem entrar no mérito da discussão a respeito da interdisciplinaridade e das ambivalências existentes na área de Comunicação, observa-se, no cotidiano da pesquisa, certas tensões na utilização de elementos de origens epistemológicas distintas, aproximados, aparentemente, tendo em vista sua presença como termos válidos, legítimos e legitimados dentro de uma área de estudos.

Embora esta problemática venha rendendo inúmeras discussões na área a respeito de sua constituição e limites por conta dessas apropriações, este texto procura trabalhar um caso específico, advindo de inquietações experienciadas pelos autores no âmbito das atividades de orientação de pesquisas na área coberta pela intersecção “Comunicação”, “Mídia” e “Política”. Trata-se do uso, muitas vezes justaposto, das

noções de “Esfera Pública”, formulada por Habermas (1962,1984; 1997, 2006) e “Campo”, exposta por Bourdieu (1980a; 1980b; 1995) trabalhados em certas ocasiões, no discurso teórico, como elementos em relação. O exemplo mais comum é a caracterização da mídia como instituição/ator central para a configuração de redes de esferas públicas, mas que, ao mesmo tempo, opera como Campo específico (dotado de um habitus) e que, por isso mesmo, é capaz de minar a construção de mediações entre distintas esferas de debate, configurando uma relação dialética: a mídia é essencial para a promoção de esferas públicas na atualidade, mas pode miná-las por uma série de modos de operar (institucionais, simbólicos, éticos e políticos) que perpetuam, assimetrias, desigualdades, injustiças e desvalorizações. Nesse sentido, as reflexões de Habermas e Bourdieu são aproximadas de modo muitas vezes equivocado, visto que ambos estão tratando de diferentes dimensões das práticas comunicativas e democráticas.

O objetivo deste texto é explorar algumas distinções conceituais existentes entre duas noções correntes nos estudos de Comunicação que, embora de difícil aproximação epistemológica, são por vezes utilizadas como elementos contíguos. As noções de “campo da comunicação” e “esfera pública”, embora tenham gênese, conceituação e desenvolvimento em tudo distintos, são por vezes objetos de certa justaposição, sobretudo nas aproximações iniciais de pesquisadores na Área de Comunicação. A partir de pesquisa bibliográfica e conceitual, as duas noções são contrapostas no sentido de mostrar suas peculiaridades.

Se é possível destacar brevemente a inquietação na origem deste texto, vale uma referência a uma certa demanda de estabelecimento de algumas questões terminológicas não com o objetivo de se chegar a definições fechadas a respeito de nenhum dos dois conceitos, mas problematizar eventuais aproximações a partir da indicação das oposições – mas também das eventuais possibilidades de articulação – entre os dois conceitos.

Noções de ampla circulação nos meios acadêmicos, “esfera pública” e “campo” parecem ter sido objeto de inúmeras discussões, apropriações e críticas nos estudos de Comunicação, o que sugere certa maturidade em sua vinculação à área que permite inferir a necessidade de se construírem distinções que, sem se restringirem à clausura

epistemológica à qual se condenam conceitos impermeáveis, podem sobretudo indicar caminhos para que se pense o fenomênico a partir desses referenciais, mas sem que o alcance elucidativo de ambos se converta em um *omnibus* conceitual.

Certamente apropriações conceituais, ao seguirem trajetos diversos, às vezes contrários a sua formulação original, indicam entre outras coisas a vitalidade do pensamento originário, mesmo quando isso signifique articulações distantes do proposto. No entanto, a procura de critérios para a articulação entre o plano de validade dos conceitos para sua operacionalização como intérpretes ou mediadores de situações empíricas não prescinde certas distinções no sentido de definir, ao menos, pontos de partida.

Entende-se que a liberdade no uso das noções, se por um lado é amplamente bem-vinda como condição imprescindível para o desenvolvimento epistemológico de uma área do saber, por outro lado está parcialmente vinculado aos usos anteriores feitos dessa noção ou, em outras palavras, sua vinculação a um “canon” que, mesmo em condições nas quais se aponta uma necessária ruptura, deve ser reconhecido como existente – a reformulação de um conceito pode questionar sua validade na medida em que tal elemento é previamente reconhecido e questionado; a ausência de reconhecimento impediria, de saída, qualquer reformulação.

O emprego corrente das noções de “Esfera Pública” e “Campo da Comunicação” nos estudos de Comunicação, a exemplo de outros conceitos, parece se pautar inicialmente – e destaque-se novamente a restrição pedagógico-espacial na origem deste texto – por certo uso contíguo ou próximo no qual os dois elementos são conjugados em uma relação próxima do causal, com pouca ou nenhuma problematização da complexidade de cada um dos conceitos em sua apreensão.

Valeria, então, questionar preliminarmente algumas possíveis razões dessa aproximação.

No âmbito de pesquisas vinculadas a diversas temáticas, a constituição de uma “esfera pública”, com o uso do termo em sentido bastante lato, é relacionada ao que acontece no “campo da comunicação”, como se a primeira fosse uma espécie de produto dependente, ou ao menos articulado, do segundo. Seria possível questionar, à primeira vista, se essa articulação não poderia encontrar respaldo no empírico na

medida em que as clivagens de sua construção epistemológica, indica Jenkins (2006) não elimina as contiguidades do real. Sob esse ponto de vista, seria talvez lógico procurar na contiguidade conceitual os operadores epistemológicos para uma contiguidade empírica. A busca de uma distinção, no caso, se aproximaria de uma questão nominalista destacada pela complexidade bizantina de suas definições.

No entanto, parece haver um risco implicado nesse tipo de aproximação responsável por justificar as inquietações aqui expostas. O “uso” de um conceito não advém, ou poderia advir, da apropriação acrítica de termos. O “trabalhar com conceitos”, atividade por excelência do espaço acadêmico, parece implicar na apreensão de um repertório conceitual que leve em consideração o caminho de suas genealogias no próprio espaço do qual é um dos operadores.

Nesse momento, algumas das fragilidades de certas justaposições tendem eventualmente a aparecer em diversas formas, mas especialmente como diferenças a respeito da trajetória de cada um dos conceitos, bem como da parcela do “campo da experiência” coberta por eles. As contradições entre autores, comentaristas, usos e articulações diferentes, ou, em outras palavras, a genealogia de cada conceito, tornam problemáticas as apropriações embasadas em semelhanças de caráter predominantemente empírico e/ou especulativo.

Operador epistemológico central no pensamento de seus respectivos autores, os conceitos de “campo” e “esfera pública” encontram largo trânsito nos estudos de Comunicação, por vezes apropriados como se fossem parte de uma espécie de todo homogêneo. Em alguns casos, seria possível mesmo encontrar seu uso vinculado a uma questão causal, como se as dinâmicas específicas do chamado “campo da comunicação” tivessem como resultado a presença de temas no âmbito da “esfera pública”.

Certamente, tomando como referência o empírico, seria possível talvez encontrar conexões entre todos esses elementos na medida em que conceitos, ao formularem seus recortes interpretativos específicos da realidade, operam seleções arbitrárias questionáveis. No entanto, é preciso observar em certos momentos a atribuição de sentidos originários aos conceitos apresentados para representar uma realidade que, a princípio, lhes é estranha ao menos na maneira como são apresentados.

Por conta disso, busca-se aqui desenvolver algumas das incompatibilidades conceituais a partir da apreensão mútua e inter cruzada das regiões do real apreendidas em cada um dos conceitos. Assim, o texto estrutura-se em três partes. Na primeira, (1) é discutido o conceito de “campo” em sua apropriação como “campo da comunicação” e espaço potencialmente produtor de elementos para a “esfera pública”, sugerindo que ligações diretas entre ambos enfrentariam consideráveis dificuldades epistemológicas; em seguida (2), a noção de “esfera pública” é problematizada na sua relação com os meios de comunicação, indicando que as menções feitas por Habermas à mídia não permitem, por sua vez, inferir a existência de um “campo”; finalmente (3), são pensadas aproximações derivativas desses conceitos no sentido de compreender, ou empreender, eventuais aberturas metodológicas.

Note-se, preliminarmente, que a intenção aqui não é fazer uma comparação entre os conceitos de “esfera pública” e “campo da comunicação”, e menos ainda fazer uma aproximação entre ambos, trabalho certamente difícil nos limites de um artigo. Trata-se apenas de buscar algum esclarecimento conceitual derivado das perspectivas de uso dos conceitos. A proposta é caminhar em trilhas existentes, não fechá-las ou apontar outros caminhos.

O “campo da comunicação” e a visibilidade pública

O conceito de “campo” assume considerável relevância metodológica na obra de Pierre Bourdieu, sendo provavelmente um de seus operadores epistemológicos mais bem-sucedidos em termos não só de utilização em suas próprias pesquisas, mas também nas ramificações encontradas em trabalhos de inúmeros outros pesquisadores. A gênese do conceito de “campo”, bem como as discussões críticas, encontram considerável espaço em trabalhos de Bourdieu (1980a, 1980b, 1995) e de outros pesquisadores – cf. Alexander (2000), Barros Filho e Martino (2003) e Girardi (2007), cabendo aqui a discussão a respeito do “campo da comunicação”. Com o risco de certo truísmo, e procurando trabalhar dentro das referências conceituais oferecidas pelo autor, pode-se iniciar a discussão a partir de algumas indagações.

Uma questão primeira pode ser pensada em termos relativamente simples: existe um “campo da comunicação”? Ao se utilizar essa expressão, e supondo uma resposta afirmativa derivada de seu uso – na legitimação pela incorporação do termo ao “canon” de uma área de pesquisa, como indica Lopes (2003) – se pressuporia outra, parafraseando França (2001): de que “campo da comunicação” estamos falando quando se usa essa expressão? Alguma resposta tentativa implica clarear o espectro do que se está dizendo.

A expressão “campo da comunicação” tem presença rara, para não dizer nula, na obra de Pierre Bourdieu. Como assinala Miranda (2005), o autor francês não chegava a considerar a comunicação um “campo”, e isso pode ser creditado, ao menos em parte, à definição relativamente diferente que a palavra “comunicação” encontra nas esferas euro-americanas de pesquisa. Uma parte do que se abriga sob a ideia de “campo da comunicação” nos estudos latino-americanos, e, em especial, nos brasileiros, é considerado como pesquisa em “meios de comunicação” em estudos correlatos de outras partes, enquanto estudos propriamente de “comunicação” são por vezes associados à pesquisas em áreas correlatas – o que não significa assinalar, por outro lado, a inexistência desse tipo de estudos, como em Muchielli (1991) ou Wolton (1997). Em linhas gerais, no entanto, seria possível indicar, cientes dos riscos implicados, certa equivalência entre o que é chamado de “campo da comunicação”, nas pesquisas latino-americanas, e “estudo dos meios de comunicação” em outros espaços – cf., por exemplo, Felinto (2011). Dessa maneira, a escassez de menções a um “campo da comunicação” na obra de Bourdieu pode ser justificada, até certo ponto, pelo baixo grau de incidência desse tipo de nomenclatura para se pensar esse tipo de pesquisa.

Mesmo restringindo a questão para se pensar os “meios de comunicação”, é necessário considerar igualmente o baixo grau de apropriação do termo na obra do sociólogo francês. Bourdieu dedicou pouquíssimos trabalhos ao estudo dos meios de comunicação, e nenhum deles costuma ser alocado entre suas principais pesquisas. Mais ainda, trata-se de trabalhos dirigidos a questões específicas sobre jornalismo (1996; 1998) e, um de seus trabalhos mais populares, sobre televisão (1996).

Note-se, de saída, que não parece existir, nesse caso, uma preocupação do autor em caracterizar o “campo da comunicação” ou mesmo um “campo da mídia”, mas de

trabalhar as dinâmicas específicas de dois “meios de comunicação” pensados, na trilha metodológica do autor, em termos de suas características sociais e institucionais como parte de um “mercado de bens simbólicos” muito mais do que por conta de sua parte técnica – seria difícil, nesse sentido, indicar Bourdieu como formulador de um estudo particular sobre as características tecnológicas dos meios de comunicação na medida em que sua apropriação se dá a partir da noção de “campo” articulada com espaços sociais bastante determinados – a intersecção formada pelas empresas jornalísticas (ou televisivas) e seus participantes, dentro de um espaço estruturado de relações nos quais interesses diversos alinham-se em torno de representações comuns eivadas de lutas, conflitos e processos diversos.

Mais ainda, em seus trabalhos dedicados ao jornalismo e à televisão, Bourdieu parece adotar uma perspectiva bastante crítica sem, no entanto, se dedicar ao estudo das minúcias da produção desse tipo de espaço como ocorre, por exemplo, em seus estudos clássicos sobre educação (1964; 1970), arte (1970) e consumo cultural (1979). Ao contrário, talvez não seja impossível encontrar, com Ortiz (1991), afinidades próximas entre a crítica de Bourdieu aos meios de comunicação e o conceito de “indústria cultural” de Adorno e Horkheimer, na medida em que parece se tratar muito mais de um exercício de denúncia e crítica do espaço dominante ocupado pela mídia na sociedade contemporânea do que propriamente um estudo pormenorizado das dinâmicas desse espaço.

Em dois de seus textos dedicados ao tema, os artigos “Journalisme et Ethique”, bem como em “L’influence du journalisme”, este último publicado como apêndice à *Sobre a Televisão*, Bourdieu apresenta questões relacionadas às contradições e possibilidades de ação existentes nas dinâmicas internas da produção jornalística, sobretudo localizando um conflito de interesses entre os profissionais, os jornalistas, e os proprietários dos jornais, empresários ocupantes de posições evidentemente dominantes que, por relações de homologia, encontram-se igualmente ligados aos dominantes do campo político e econômico.

Há, no que se afigura à apreensão como um “campo do jornalismo”, um duplo conflito de interesses entre os profissionais, comprometidos com uma ética específica de trabalho mas submetidos a condições regulares que desafiam continuamente esses

parâmetros, e os empresários, vinculados a interesses outros que ultrapassam os limites de um campo específico de atuação. Há uma perspectiva, nos dois casos, de se pensar, de um lado, a prática jornalística como o resultado de uma assimetria tensionada entre o polo dos profissionais, vinculados a um espaço com valores específicos pautados na centralidade de um “modus operandi” constitutivo de uma “ética”, e o pólo da empresa jornalística, que, detentora dos meios de produção, encontra-se também em posição de definir os prêmios legítimos da área a partir de sua prerrogativa de dispor dos cargos, salários e espaços a ocupar – veja-se, para um estudo prático dessas condições, o trabalho de Ribeiro (1995).

Por conta disso, a dupla lógica desse espaço talvez implique uma dificuldade inicial para se mencionar um “campo do jornalismo” em que essas duas condições não fossem contempladas. Ao profissional jornalista cabe a “resistência” e a tentativa de mudança diante de uma lógica claramente comprometida com uma ética que não é a sua. Seria possível, nesse aspecto, indicar mesmo uma aporia central nessa perspectiva uma vez que tanto o profissional, encerrado em suas condições específicas, quanto o empresário, aparentemente livre delas, estariam igualmente subsumidos nessa lógica de apropriação dos resultados desse espaço.

Em “Sobre a televisão”, seu trabalho comercialmente mais bem-sucedido, a análise igualmente não se fundamenta na apropriação das particularidades específicas das “rotinas produtivas” e dos interesses desse campo, mas na operacionalização imediata do conceito de “campo” ao espaço empresarial da televisão. Não há, como se pode observar nos trabalhos sobre jornalismo, sequer uma indicação de incongruências éticas entre os diferentes níveis de participantes em cada situação; parece haver um certo entendimento subjacente de que as lógicas do capital no espaço de produção da televisão indicam de modo claro o bastante quais são os resultados esperados.

Vale notar, neste momento, que a questão do “interesse público”, fundamental para que se pense alguma relação entre “campo do jornalismo” e “esfera pública”, é praticamente ausente das cogitações de Bourdieu sobre jornalismo e televisão. É possível indicar, como uma das razões dessa ausência, certa desconfiança em relação a palavras como “público” e “popular”, preteridas em relação à elaboração de suas próprias categorias de análise para a delimitação do “social” em suas regiões

específicas, com características particulares (embora até certo ponto universalizáveis), dotadas de regras e regularidades – os “campos”, portanto. Dessa maneira, categorias como “público”, “povo”, “popular” e “interesse público” parecem estar metodologicamente ausentes por conta de sua dificuldade de operacionalização a partir dos limites de um “campo”. E, no entanto, vale recordar o tensionamento dessa perspectiva epistemológica com o poder, em certo sentido generalizado, atribuído aos meios de comunicação em suas análises.

Em Bourdieu, o produto resultante das “condições e contradições” do trabalho jornalístico não é objeto de problematização pela sociedade. As chamadas “rotinas produtivas” do “campo do jornalismo” não são seu objeto de estudo, e, principalmente, as seleções temáticas operadas no âmbito desse campo não são relacionadas, pelo autor, como elemento de “visibilidade pública” de temáticas senão no interesse das forças em jogo em sua produção. Dessa maneira, os temas divulgados pelos jornais e pela televisão parecem se mostrar como resultado de interesses internos a esses dois espaços – evidentemente, não se pode excluir a toda complexa gama de seus elementos constitutivos, dos quais não podem ser separados senão por conveniência metodológica no âmbito de um artigo limitado – e dificilmente operacionalizáveis como tendo “visibilidade pública” se não em uma lógica específica de poderes a serem pensados.

Dessa maneira, embora existam tensionamentos na consideração de um “campo do jornalismo” ou “campo da televisão”, sua “influência” é indiscriminadamente pensada sobre uma espécie de generalização que não caracteriza as principais elaborações teóricas de Bourdieu. Em seus trabalhos sobre mídia, em especial em *Sobre a televisão*, a perspectiva adotada parece ser a de uma reelaboração fina do conceito de “Indústria Cultural” não necessariamente articulada em termos de uma lógica de “campo”, mas aparentemente como um poder central na sociedade contemporânea a se tornar alvo de crítica, desnaturalização e resistência possível.

Os produtos resultantes desse “campo do jornalismo” ou “da televisão” não parecem ser vistos por Bourdieu em nenhuma dimensão propriamente epistêmica; não se trata sequer de uma “informação” que permita ao cidadão elaborar suas próprias considerações a respeito dos fatos de seu interesse, mas de uma ordenação dos fatos pautada quase exclusivamente por interesses comerciais e políticos. Embora, como será

visto a seguir, seja altamente questionável atribuir à Habermas uma postura diferente no que tange aos meios de comunicação, a perspectiva de uma dimensão epistêmica da democracia pressupõe, em algum momento, o livre acesso à informação, algo que de algum modo implica o diálogo e a deliberação, situação na qual os dados da mídia podem ser, ainda que parcialmente, incluídos.

Vale notar que há uma larga descendência da noção de “campo” no chamado “pensamento comunicacional”, sobretudo por conta de suas potencialidades interpretativas das dinâmicas multimodais existentes nas intersecções entre as atividades práticas da área, como o jornalismo e a publicidade e propaganda, e as contradições geradas em alguns momentos pelos interesses de mercado aos quais esses sub-campos respondem.

Sem a intenção de rastrear os usos do conceito, valeria destacar o uso feito por Rodrigues (1999) da expressão “campo dos media” para designar um espaço social diverso daquele apontado por Bourdieu constituído pelas empresas de comunicação, entendidas não só como participantes de um espaço relativamente autônomo mas também como agências de intersecção de produção simbólica em um contexto, embora a expressão não seja dele, de mediatização da sociedade.

A afinidade inicial entre os dois autores, no que tange aos meios de comunicação, é negativa: o poder de influência da televisão e do jornalismo, para Bourdieu, é decorrente em parte de sua organização empresarial e dos desarranjos de campo a ela vinculados. Nas reflexões de Habermas (sobretudo aquelas produzidas na década de 1960), guardadas evidentemente todas as inúmeras diferenças, a perspectiva da passagem de um “jornalismo político” para o predomínio do “jornalismo comercial” parece ser igualmente danosa.

Se apontar essas afinidades negativas pode, a princípio, ser interessante para identificar similaridades críticas entre os autores – o que pode, por outro lado, ser frutífero em outros espaços – há um problema de ordem epistemológica na apreensão propositiva de seus conceitos no que tange à noção de “interesse público” e sua relação com os meios de comunicação, associação praticamente inexistente em Bourdieu e, no entanto, central para o pensamento de Habermas.

Formulação dos debates na “Esfera Pública” e dimensão epistêmica da democracia

Habermas, alimentado pelas considerações feitas por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*, defendeu um argumento fatalista na década de 1960, ao escrever *Transformações Estruturais da Esfera Pública* ([1962] 1984). Segundo ele, a rede comunicativa formada por um público composto de cidadãos privados que debatem racionalmente e publicamente (alimentados pela imprensa de opinião) um problema entrou em colapso. A esfera pública, segundo ele, havia se convertido em veículo de propaganda que, refeudalizada³, passa a assumir "traços feudais, pois os ofertantes ostentam roupagens e gestos de representação perante clientes dispostos a segui-los" (1992, p.229).

Depois de receber várias críticas e de observar os desdobramentos de pesquisas norte-americanas ao longo das décadas de 1960 e 1980, Habermas faz várias revisões acerca do significado de esfera pública, chegando a apresentar, em *Direito e Democracia*, uma formulação hoje amplamente conhecida e salienta a ideia de rede. Nesse sentido, a esfera pública não deve ser compreendida no singular (uma única esfera, exclusiva e homogênea), mas sim como uma "rede pública e inclusiva de esferas que se sobrepõem umas às outras, cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluidas" (1997, p.33). E ainda: "uma rede de discursos e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas." (1997, p.47). A esfera pública é o espaço de uma situação de fala, de diálogo, na qual os participantes buscam tomar uma posição perante as opiniões e observações dos outros. Por isso, ela é constituída através da linguagem, a partir do momento em que atores ou grupo de atores tematizam e generalizam questões de modo a despertar o interesse do público mais amplo e da esfera parlamentar. (MAIA, 2009; MARQUES, 2008).

A dimensão epistêmica da democracia, para Habermas, estaria ligada a dois momentos: a busca de um entendimento mútuo que exige o conhecimento dos diversos pontos de vista que cercam um problema público, além do conhecimento das regras que

³ A noção de “refeudalização da esfera pública” é explicada por Habermas da seguinte maneira: a mídia elabora uma representação dramática e estereotipada de fatos, promovendo mais assentimento e aclamação, do que propriamente discussão. Assim, "a esfera pública se torna uma corte, perante cujo público o prestígio é encenado – ao invés de nele desenvolver-se a crítica" (1992, p.235)

conduzem os diálogos e negociações (princípio da publicidade). O segundo momento é o que exige dos interlocutores o conhecimento recíproco de seus interesses, desejos e insatisfações, o que pode ser alcançado se cada um assumir o “lugar do outro” (*princípio do ideal role taking*) procurando, por meio dos sentimentos morais (empatia e solidariedade) entender os motivos e razões que sustentam suas demandas. O alcance desse “ponto de vista moral”, base da ética do discurso, é, a nosso ver, a parte mais complicada do modelo democrático habermasiano e, justamente por isso, alvo principal de seus críticos e sucessores (sobretudo Axel Honneth).

Para Habermas, a discussão que forma e alimenta uma rede de esferas públicas acerca de temas morais (ligados à justiça) tem pouca relação direta com a mídia (entendida aqui a partir de seus modos de funcionamento, práticas e rotinas) – e, portanto, com o “campo da comunicação”. É claro que a mídia é apontada por ele em trabalhos recentes como espaço central de circulação pública de discursos oriundos de diferentes espaços sociais. Na parte final do segundo volume da *Teoria da Ação Comunicativa*, por exemplo, Habermas aborda a mídia como um elemento capaz de fazer a transposição de discursos - e sua posterior conexão - formulados em contextos sociais e institucionais "apartados" rotineiramente, promovendo uma pré-estruturação da esfera pública:

[...] a mídia de massa liberta os processos comunicativos dos contextos restritos e permitem que esferas públicas apareçam através do estabelecimento uma simultaneidade abstrata de uma rede virtualmente presente de conteúdos da comunicação que pode se mover no espaço e tempo tornando válidas mensagens para inúmeros contextos” (HABERMAS, 1987, p.389).

Os meios de comunicação articulam o conteúdo discursivo que circula nos diferentes espaços de interação cotidiana, trazendo para a linha de frente os temas que os profissionais julgam relevantes, permitem a aproximação ou contraposição de perspectivas e promovem a prestação de contas entre vários interlocutores. Assim, a mídia parece ser descrita como suporte material adequado para a circulação de visões privadas, configurando redes de discursos e negociações tematicamente organizados.

Desde a revisão que Habermas fez acerca de sua obra *Transformações Estruturais da Esfera Pública* (1962), ele desenvolve o argumento de que os meios de

comunicação desempenham um papel dúbio na configuração dos processos democráticos: se por um lado eles tornam públicos os discursos de atores localizados em diferentes arenas comunicativas, libertando as informações de seus contextos de origem e tornando-as acessíveis a uma vasta maioria, por outro lado, os profissionais da mídia produzem um discurso alimentado por atores que lutam por acesso e por influência.

A esfera pública simultaneamente pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação desenvolveu uma arena infiltrada por poder, na qual, uma luta é travada, não apenas para exercer influência (por meio da seleção tópica e da contribuição tópica), mas também para controlar os fluxos de comunicação que afetam o comportamento do público, ao passo que as suas intenções estratégicas são mantidas escondidas o tanto quanto possível. (HABERMAS, 1992, p.437)

As dinâmicas de poder internas ao funcionamento dos meios de comunicação se tornam mais evidentes sobretudo quando a produção de enquadramentos está associada ao trabalho discursivo de agentes institucionais poderosos que estão continuamente engajados em disputas para atribuir significados sobre os eventos correntes. Essas estratégias ficam mais evidentes em um artigo publicado por Habermas em 2006:

Existem dois tipos de atores sem os quais nenhuma esfera pública política poderia funcionar: os profissionais do *sistema dos media* - especialmente os jornalistas que editam as notícias, relatos e comentários - e os políticos que ocupam o centro do sistema político, e são tanto co-autores quanto destinatários das opiniões públicas. A comunicação política mediada é conduzida por uma elite. (...) Os jogadores que se encontram no palco virtual da esfera pública podem ser classificados em termos do poder ou do "capital" que possuem à sua disposição. A estratificação das oportunidades de transformar o poder em influência pública através dos canais da comunicação mediada revela, assim, uma estrutura de poder. Esse poder é coagido, contudo, pela reflexividade peculiar de uma esfera pública que permite a *todos* os participantes a chance de reconsiderar o que entendem por opinião pública. (HABERMAS, 2006, p.415-416)

É importante notar que Habermas nunca abandonou o cerne da crítica feita ao papel que a mídia possui sobre a configuração de esferas públicas. Desde 1962, em diferentes momentos, ele destaca que o poder exercido pelos profissionais dos media (vale destacar que Habermas utiliza a expressão "sistema dos media" de modo a considerar os profissionais, as instituições e os modos de produção das informações

como um conjunto) é sempre questionado pela autonomia de uma sociedade civil capaz de elaborar, apresentar e defender suas posições. É por isso que ele reconhece a existência de “fluxos de comunicação espontânea, não subvertida pelo poder” (1992, p.437), espalhados nos domínios da vida cotidiana na esfera civil.

A atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil leva Habermas a admitir a existência simultânea de um potencial autoritário e um potencial emancipatório presentes nas práticas midiáticas⁴, sendo que o segundo depende da autonomia de sujeitos capazes de buscar, na discussão pública, um ponto de vista moral capaz de justificar o interesse coletivo, vencendo as imposições institucionais e simbólicas que constroem interpretações, opiniões e decisões.

Mas não são somente os meios de comunicação que podem se constituir em obstáculos para a promoção de processos democráticos ao hierarquizar e priorizar discursos e interesses de grupos e indivíduos. De modo geral, grande parte da sociedade civil (organizada ou não) tem sua fala excluída do espaço mediático de circulação de pontos de vista e argumentos. É importante considerar que mesmo a linguagem que as pessoas usam quando dialogam pode favorecer um modo de ver as coisas e desencorajar outros, uma vez que “não existe uma só forma de racionalidade, nem uma só forma de linguagem - e todas elas têm relação intrínseca com o poder” (KOHN, 2000, p.408). Grupos subordinados às vezes não encontram as palavras certas para expressar seus pensamentos, e quando conseguem descobrem que não são ouvidos (FRASER, 1990, p.64). Além disso, o poder social capaz de impedir que as pessoas se tornem interlocutores deriva também de uma “internalização do direito que se tem de falar ou de não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros” (YOUNG, 2001, p.370).

Sob esse aspecto, o que essas três autoras cobram de Habermas é uma defesa mais explícita da aproximação entre interesses individuais e coletivos, uma vez que, para alcançar o ponto de vista moral ensejado pela ética do discurso e colocar-se no

⁴ “O meu diagnóstico do desenvolvimento linear de um público politicamente ativo para o público recluso numa privacidade perversa, de um ‘público que debate cultura para um consumidor de cultura’, é demasiadamente simplista. Neste momento, eu era por demais pessimista diante do poder de resistência e sobretudo do potencial crítico de um público de massa pluralista, internamente diferenciado. Os determinismos presentes nas abordagens de classe estavam apenas começando a ser desafiados pelos estudos dos usos culturais que tais públicos fazem das formas simbólicas.” (HABERMAS, 1992, p.438)

lugar do outro requer o conhecimento do sofrimento e da injúria vivenciadas pelos sujeitos, como já afirmado pelo próprio autor:

Não iremos perceber certos conflitos de ação como moralmente relevantes se não percebermos que a integridade de uma pessoa está sendo ameaçada ou violada. Os sentimentos formam a base de nossa própria percepção de que algo é moral. Aquele que é cego para o fenômeno moral não possui o sensor para o sofrimento de uma criatura vulnerável que tem o direito de proteção para a sua integridade física e sua identidade. E esse sensor está claramente relacionado com a simpatia e a empatia. (HABERMAS, 1990, p.112)

Os filtros e constrangimentos impostos pelo “sistema dos media”, ao hierarquizar conteúdos e fontes, por exemplo, geram vários pontos de ruptura entre os diferentes contextos articulados em redes de esferas públicas. Fluxos comunicativos que se estabelecem na periferia desse processo sob a forma de conversações informais raramente perpassam a arena dos *media* e, às vezes, nem mesmo demonstram ter sido gerados com a intenção de fazê-lo. Não há como desconsiderar que existe no espaço de visibilidade mediada um grande escopo de assimetrias no que tange às chances de intervenção dos diferentes públicos na produção, validação, regulação e apresentação de mensagens. E, ao mesmo tempo, a própria teoria normativa habermasiana não nos oferece muitas pistas para solucionar o que consideramos ser um dos maiores dilemas de sua proposição: como a esfera pública, articulada e perpassada pelas ações e informações midiáticas, pode se configurar como espaço de “uma razão que una sem apagar a separação, que ligue sem negar as diferenças, que indique o comum e o que é compartilhado entre estranhos, sem privar o outro da condição de outro”? (HABERMAS, entrevista à Folha de S. Paulo, 22/07/01).

Considerações finais

Acreditamos que as precisões e distinções conceituais acima estabelecidas não invalidam aproximações cuidadosas entre as noções de campo e esfera pública, que levem em conta a disparidade das propostas reflexivas construídas por Bourdieu e Habermas. É possível afirmar que a aproximação entre ambos pode ser traçada a partir da perspectiva crítico-destrutiva em relação à mídia, fruto de uma herança frankfurtiana

comum. Ambos tentam evidenciar como a mídia opera com regras próprias de funcionamento, muitas vezes baseando-se apenas em um modo autopoiético de gerar entendimentos e interpretações, impelindo a busca por lucro, maximização de resultados e garantia de prestígio e auto-preservação.

Contudo, enquanto Bourdieu se dedica a evidenciar as formas de violência simbólica que tornam opacos os conflitos de poder que perpetuam as assimetrias presentes nos modos como a mídia opera na sociedade, Habermas deixa de lado uma análise mais minuciosa das tensões de poder, desigualdades e assimetrias discursivas para apontar como a mídia, através de seus discursos e narrativas, pode contribuir para um projeto democrático normativo pautado pela construção do interesse comum, fruto da habilidade (que todos deveriam possuir e desenvolver) de colocar-se no lugar do outro e por ele desenvolver empatia e solidariedade.

Assim, se ao tratar do “campo da comunicação” Bourdieu se interessa em investigar os modos como domina e exerce poder sobre os demais, Habermas não apresenta o “sistema dos media” como totalmente nocivo à esfera pública, alterando sua abordagem de 1962. Talvez fosse possível aventar uma possível aproximação entre as duas noções, sobretudo pela similaridade de algumas das características que definem um campo e um sistema (ligadas principalmente às máximas da Indústria Cultural). Contudo, as relações entre o campo da comunicação e os demais campos, em Bourdieu, são pautadas por lógicas de dominação, enquanto que as relações entre o sistema dos media, os demais sistemas e o mundo da vida, em Habermas, são marcadas pela reciprocidade, pela busca do entendimento e do acordo e por uma forma de uso da razão que não admite injustiças advindas das desigualdades. Habermas pressupõe sempre que as esferas públicas se intersectam em rede de maneira cooperativa e dialógica, deixando de tematizar os desajustes, os desengates e as inserções sociais, econômicas e políticas daqueles que dialogam.

Se Habermas privilegia a troca de razões em uma “comunicação sem sujeito”, Bourdieu procura buscar os elementos sociais presentes no diálogo, tratando a conversação como uma ação social levada a efeito por sujeitos históricos constituídos dentro de um campo.

Em outro momento (MARTINO; MARQUES, 2012), apontamos que, a despeito das inúmeras diferenças identificadas entre as abordagens conceituais desses dois autores, é possível estabelecer passagens entre elas de maneira a revelar que as arenas discursivas das quais participamos estão situadas em um amplo contexto social perpassado por relações estruturais de dominação e subordinação. Além disso, não se pode desconsiderar que os sujeitos agem tanto em conformidade com regras que visam a equidade e a justiça, quanto de acordo com procedimentos tidos como legítimos e valorizados por uma determinada estrutura de orientação. Dito de outro modo, o campo da comunicação não gera espontaneamente esferas públicas, nem estas produzem influência direta sobre as práticas da mídia, mas a constituição de esferas públicas se serve de procedimentos disponíveis no campo da comunicação, enquanto este último equilibra-se entre a manutenção de sua autonomia/hegemonia e o desejo de emancipação e soberania presente nas trocas comunicativas que dão vida às esferas públicas e à vida social.

Referências

- ALEXANDER, J. *La reduction. Critique de Bourdieu*. Paris: Editions CERF, 2000
- BARROS FILHO, Clóvis. MARTINO, Luís M. S. *O habitus na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1980a.
- _____. *Sur la television*. Paris: Minuit, 1996.
- _____. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980b.
- _____. Journalisme et Ethique. In: *Les Cahiers du Journalisme*, no. 1, vol. 1, 1998.
- _____. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. *La reproduction*. Paris: Minuit, 1970.
- _____. *Les heritiés*. Paris: Minuit, 1964.
- BRAGA, J. L. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. *Anais do XIII Encontro da Compós*, 2004.
- FELINTO, E. Da Teoria da Comunicação às teorias da mídia. Texto apresentado no XX Encontro da Compós. Porto Alegre: UFRGS, Junho 2011.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. In: MOTTA, Luiz Gonzaga; FRANÇA, V., PAIVA, R. e WEBER, M. H. (orgs.) *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy, *Social Text*, No. 25/26, (1990), pp. 56-80.

GIRARDI, Liráucio. *Pierre Bourdieu: Questões de Sociologia e Comunicação*. São Paulo: Annablume, 2007.

HABERMAS J. Mudança de Função Política da Esfera Pública. In: _____. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, [1962]1984. p. 213-273.

HABERMAS, Jürgen. "Further Reflections on the Public Sphere". In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*, 1992, pp.421-461.

HABERMAS, Jürgen. "Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research" *Communication Theory*, v.16, 2006, pp. 411-426.

HABERMAS, J. *The Theory of communicative action: vol.II Lifeworld and system: a critique of functionalism reason*. Boston: Beacon Press, 1987.

HABERMAS, Jürgen. "O papel da sociedade civil e da esfera pública política". In: _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, pp.57-121.

HABERMAS, J. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. 2a Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, J. Morality, Society and Ethics – an interview with Torben Hviid Nielsen", *Acta Sociologica*, n.33, v.2, 1990, pp.93-114.

JENKINS, Keith. *Rethinking History*. Londres: Routledge, 2006.

KOHN, Margareth. Language, Power, and Persuasion: toward a critique of deliberative democracy, *Constellations*, v.7 (3), 2000, p.408-429.

LOPES, Maria Immacolata V. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: _____. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.

MAIA, R. C. M. Esfera pública e os media na trajetória de pensamento de Jürgen Habermas. In: *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, v. 1, p. 48-69.

MAIA, R. C. M. Política deliberativa e reconsiderações acerca do conceito de esfera pública. In: *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp.55-91.

MARQUES, Ângela. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Líbero*, n.21, pp. 23-36, 2008.

MARTINO, Luís. M. S. Trilhas de um espaço de pesquisa: o GT Epistemologia da Comunicação da Compós. *Comunicação, Mídia e Consumo*. v. 11, p. 159-177, 2014.

MARTINO, Luís M. S. A disciplinarização da epistemologia na(s) Teoria(s) da Comunicação. *In Texto*, v. 29, p. 1-17, 2013.

MARTINO, L.M.; MARQUES, A. C. S. A ética da comunicação a partir da abordagem dos conceitos de interesse e uso da linguagem. *Galáxia (PUCSP)*, v. 23, p. 139-152, 2012.

MARTINO, L. C. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e a fundamentação do campo comunicacional. In: CAPPARELLI, S. *et alli*. *A Comunicação Revisitada*. Porto Alegre, Sulina, 2005.

MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e Objeto de Estudos da Comunicação. In. FAUSTO NETO, A. *et alli*. *O Campo da Comunicação*. João Pessoa, Ed. UFPB, 2001.

ORTIZ, Renato. A escola de Frankfurt e a questão da cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano 1, no. 1, Jun. 1991

RODRIGUES, Adriano D. *O campo dos media*. Lisboa: Vega, 1999

RIBEIRO, Jorge C. *Sempre Alerta*. São Paulo: Brasiliense, 1995

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa”. In: Souza, *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília, Editora da UnB, 2001.